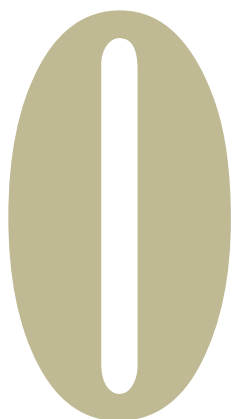


LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

A dupla conversão: do ideal socialista ao estatismo e deste ao capitalismo



o mundo comemorou em novembro de 2009 os vinte anos da queda do Muro de Berlim. Nesse dia uma revolta popular marcou o triunfo da democracia sobre o autoritarismo e a vitória do capitalismo sobre o estatismo. Essa dupla vitória, porém, levou o pensamento convencional do mundo desenvol-



**LUIZ CARLOS
BRESSER-PEREIRA**

é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, e autor de, entre outros, *Globalização e Competição* (Campus).

vido a um duplo equívoco: supor que o mercado poderia substituir o Estado na coordenação geral da economia embora o mercado seja apenas uma instituição complementar e necessária à coordenação pela lei, e supor que o ideal do socialismo fora definitivamente afastado. O segundo erro causou o enfraquecimento dos movimentos de libertação humana, mas o fato de que o conservadorismo e a ideologia liberal tenham ganhado um ponto em relação à ideologia socialista – de que o ideal da liberdade tenha se sobreposto aos ideais da igualdade e da solidariedade – não contribuiu para que o mundo se tornasse melhor. Apenas deixou alguns socialistas desencantados enquanto contribuía para que outros tantos liberais se tornassem cínicos. Já o primeiro erro, que se consubstanciou na financialização e no neoliberalismo, teve consequências negativas sobre o próprio capitalismo, que se tornaram evidentes na crise global iniciada em 2008.

É comum interpretar a queda do Muro de Berlim em 1989, a libertação dos países do Leste Europeu do controle soviético, e finalmente o colapso da União Soviética em 1991 como os sinais inequívocos do fracasso do socialismo. É preciso acrescentar que dez anos antes a China de Deng Xiaoping dera início ao seu movimento em direção ao capitalismo. Não foi, porém, o socialismo que foi derrotado por essas mudanças, e sim uma forma de organizar a economia e a sociedade – o estatismo ou sistema econômi-

co tecnoburocrático – a que os revolucionários socialistas tiveram que recorrer quando verificaram a impossibilidade de implantar o socialismo¹. Tomando como critério *a forma de apropriação do excedente econômico*, denomino estatista ou tecnoburocrática uma maneira de organizar a economia e a sociedade que é distinta tanto das formas pré-capitalistas quanto das capitalistas. Nas sociedades pré-capitalistas avançadas a apropriação do excedente econômico tem como base o controle do Estado antigo por uma oligarquia de militares e religiosos; trata-se, portanto, de uma apropriação do excedente econômico diretamente pela força – pela redução das pessoas à escravidão ou à servidão, pela cobrança de impostos às colônias, pelo estabelecimento de monopólios reais. Já nas sociedades capitalistas a apropriação do excedente não se efetiva através do uso direto da força, mas pela troca de valores equivalentes nos mercados e a realização de lucros apropriados pelos capitalistas e pelas altas remunerações (que denomino “ordenados”) recebidas pelos tecnoburocratas ou profissionais. Nessa forma de organizar a produção, o capital (ou estatuto da propriedade privada) torna-se central cabendo ao Estado garanti-lo e assim garantir o funcionamento dos mercados aos quais cabe complementar no plano econômico a coordenação mais geral realizada pelo Estado – pelo sistema constitucional-legal e a organização que o garante. Ao contrário do Estado antigo, o Estado moderno não é instrumento direto de uma oligarquia, mas, inicialmente, de uma ampla classe burguesa, depois, de uma coalizão de capitalistas e profissionais, e, à medida que a democracia avança, passa gradualmente a ser instrumento da sociedade ou da nação para a realização dos seus objetivos políticos. Já no estatismo – uma forma de organizar a economia e a sociedade que afinal não se revelou viável – a propriedade privada dos meios de produção é abolida, mas isso não significa que se instaure em sua substituição a propriedade coletiva ou comum de todos os bens, como requer o socialismo; o que se materializa é o controle coletivo das diversas organizações que respondem pela

produção de bens e serviços nas sociedades modernas, por uma nova classe social – a classe profissional ou tecnoburocrática – que se distingue das outras duas classes (a burguesia e a classe trabalhadora) pelo fato de que deriva seu poder e privilégio do relativo monopólio do conhecimento técnico, administrativo e comunicativo, e porque se apropria do excedente através de altas remunerações.

Neste trabalho, meu objetivo não é discutir o capitalismo neoliberal que resultou da queda do Muro de Berlim, mas procurar, primeiro, compreender por que a consequência não prevista das revoluções socialistas foi o estatismo, e, segundo, entender por que essa forma de organizar a produção, que logrou se manter durante quase sessenta anos na Rússia e cerca de trinta anos na China, afinal se revelou um caminho para a acumulação primitiva ou originária de capital e a revolução capitalista. Em outras palavras, discutirei aqui a *dupla conversão* por que passou o ideal socialista: primeiro se converteu no estatismo e, afinal, foi a forma não prevista através da qual a revolução capitalista se desencadeou nos países que haviam realizado revoluções comunistas.

REVENDO E ATUALIZANDO CONCEITOS

A Revolução de 1917 na Rússia foi uma autêntica *revolução socialista*. O mesmo cabe dizer da revolução chinesa de Mao Tsé-tung, vitoriosa em 1949, embora nesse caso também se tratasse de uma *guerra de libertação nacional* depois de mais de um século de imperialismo ocidental e japonês. Foram revoluções socialistas, mas depois de algum tempo deixaram de sê-lo à medida que o país deixa de ser dirigido pelos trabalhadores e passa a ser comandado por uma classe de burocratas e de técnicos – ou seja, por uma classe tecnoburocrática ou profissional no controle do Estado. Processos históricos semelhantes ocorreram

¹ O estatismo é também chamado de “socialismo de Estado” ou de “capitalismo de Estado”, mas ambas as expressões apenas criam confusão. O termo “estatismo”, que uso desde os anos 1970, tem a vantagem de permitir relacioná-lo com a dominação por uma classe social – a classe tecnoburocrática ou profissional – que controla as organizações tanto nos regimes capitalistas como nos que pretendiam ser socialistas mas se tornaram estatistas.

no Vietnã e em Cuba. O primeiro país fez uma guerra de libertação nacional contra a França e depois contra os Estados Unidos, que foi também uma revolução socialista, mas em seguida se transformou em um sistema estatista; em Cuba, a revolução foi inicialmente de libertação nacional, mas se transformou, logo em seguida, em revolução socialista, e afinal aportou, como nos demais casos, no *estatismo*². Nesses quatro casos, o socialismo se transformou em estatismo, e, nos três primeiros, assim como nos países da Europa oriental, a partir de 1980 na China e de 1989 nos demais países, houve a segunda conversão – ao capitalismo; apenas em Cuba a revolução socialista e o estatismo (ainda) não se revelaram o caminho para o capitalismo.

Como explicar esses fatos? Nos anos 1970 escrevi dois trabalhos que em parte respondem à questão. No primeiro, “A Emergência da Tecnoburocracia” (Bresser-Pereira, 1972), discuti o surgimento, nos países capitalistas, de uma terceira classe social – a tecnoburocracia pública e privada – e afirmei que nos países comunistas essa classe havia se tornado dominante; no segundo, “Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção” (Bresser-Pereira, 1977), defini a relação de produção que caracteriza a nova classe – o controle coletivo das organizações pelos tecnoburocratas que denominei de “organização” – e avancei na discussão do modelo soviético onde o modo de produção estatal se mostrara mais avançado. Embora não me considerando marxista, sempre reconheci a enorme importância da análise de Marx e Engels dos processos históricos e sociais. Por isso, usava e continuo usando com frequência conceitos marxistas para chegar a conclusões não previstas por Marx e Engels, porque ocorreram fatos novos que os dois grandes pensadores não podiam prever. Sei que essa é uma retórica perigosa – uma “má retórica” –, porque provoca a reação crítica dos marxistas ao mesmo tempo em que os conceitos usados não fazem sentido ou são rejeitados por aqueles que não conhecem ou têm preconceitos em relação ao materialismo histórico. Mas para mim, porém,

a retórica é menos importante do que o conteúdo de conhecimento que minhas análises possam ter.

Através desses trabalhos, depois reunidos no livro *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (Bresser-Pereira, 1981), eu apontava para o surgimento de uma classe social que, conforme John Kenneth Galbraith observara, contava com o relativo monopólio do novo *fator estratégico de produção*: o conhecimento técnico; esse conhecimento estava substituindo o capital na segunda metade do século XX, da mesma forma que, entre os séculos XIV e XIX, o capital substituíra a terra no papel de fator estratégico de produção (Galbraith, 1968). Essas ideias não eram todas novas. Pensadores como Max Weber, Bruno Rizzi, James Burnham e Cornelius Castoriadis, Wright Mills e Milovan Djilas as haviam pensado anteriormente, mas continuavam ideias marginais provavelmente devido à força da oposição capitalistas *x* trabalhadores ou ricos *x* pobres. Essa oposição era necessária para os socialistas porque se baseava nela sua previsão de uma breve revolução socialista; falar em uma terceira classe constituía uma ameaça a seu generoso projeto político. Uma dupla ameaça na medida em que, nos países chamados socialistas, os revolucionários haviam se transformado em tecnoburocratas – e, portanto, a tese da terceira classe se transformava em uma crítica. Além de pôr em dúvida o projeto de revolução, estava implícita nessa tese uma dúvida quanto à legitimidade do regime instalado pela revolução. Os partidários do capitalismo recebiam melhor a nova ideia porque esta fortalecia sua crítica ao socialismo, mas em seu quadro mental não havia espaço para classes. Por isso, ou eles simplesmente rejeitam a relevância do conceito de classe, como fazem atualmente as teorias da escolha racional, ou então o diluem no conceito de camadas sociais e na ênfase ao surgimento da “classe média”, como fazia a sociologia funcionalista de meados do século XX. Nem os primeiros, nem os últimos compreendiam que, em um quadro político de cooperação e de competição com a velha classe média burguesa ou proprietária, estava surgindo

2. C. Wright-Mills, que viajou para Cuba logo em seguida à revolução, antes que ela se tornasse comunista ou se associasse à União Soviética, escreveu um fascinante livro advertindo seu próprio país que esse fato aconteceria se o governo americano continuasse a se identificar com os interesses imperialistas existentes em Cuba (*Listen Yankee*, 1960).

uma nova classe média profissional ou tecnoburocrática.

Para os que usam o conceito de classe de Marx (como eu suponho fazer) havia um problema adicional: era necessário definir qual a nova relação de produção ou forma de propriedade que estava atrás do conceito de classe profissional. Se o capital – a propriedade privada dos meios de produção – era a relação de produção própria do capitalismo, qual seria a forma de propriedade própria associada à nova classe profissional? Esta estava surgindo nas sociedades capitalistas e se tornara dominante nas comunistas. Para que isso fosse possível, era necessário que se pudesse falar em um novo modo de produção e na respectiva relação de produção. Minha resposta a essa dupla questão foi – a partir da distinção entre os conceitos de *formação social*, que é por natureza mista, e modo de produção, que seria “puro” – definir o modo de produção como “estatismo” e a relação de produção, “organização”.

Como o capitalismo se consolidou quando o capital prevaleceu sobre a propriedade das armas e da terra que caracterizava as sociedades pré-capitalistas avançadas, o estatismo estava surgindo à medida que a produção deixava de ser realizada no âmbito da empresa familiar e passava a ocorrer em organizações nas quais os burocratas ou tecnoburocratas desempenhavam um papel estratégico. *Organização*, portanto, seria o nome da relação de produção tecnoburocrática ou estatal, da mesma forma que o capital desempenha esse papel na perspectiva marxista. A sociedade de classes por excelência é a capitalista. As sociedades pré-capitalistas avançadas não eram, estritamente, sociedades constituídas por classes, mas sociedades formadas por uma pequena oligarquia dominante, por uma série de grupos estamentais ou corporativos, e por uma massa de dependentes e camponeses. O poder da oligarquia não estava baseado na propriedade da terra, como sugeriu Galbraith com seu conceito de fatores estratégicos de produção, mas no fato de que o grupo dominante era uma oligarquia armada e proprietária de terras,

amparada pela religião e pelo Estado antigo. No capitalismo, o capital – a propriedade privada das empresas – define o sistema. Já nas sociedades contemporâneas, a organização não significa propriedade *stricto sensu* do Estado e das demais organizações que compõem o sistema pela classe profissional, mas o controle das mesmas. Controle justificado não pelo título de propriedade, mas pelo fato de que essa classe tem o monopólio relativo do conhecimento técnico, organizacional ou administrativo, e comunicativo – e deriva seu poder desse monopólio.

Nos três casos – nas sociedades pré-capitalistas, nas sociedades capitalistas e nas sociedades tecnoburocráticas – o objetivo da dominação é sempre a apropriação do excedente econômico – da produção que excede o consumo necessário. A propriedade capitalista é um meio para isso, como é o controle do Estado antigo no caso das oligarquias pré-capitalistas, e o controle das organizações no caso das sociedades estatais. Nas formações sociais mistas, como é o caso das sociedades tecnoburocrático-capitalistas contemporâneas, as duas classes sociais dominantes convivem, ao mesmo tempo em que se digladiam por poder, prestígio e partilha do excedente. A luta e a colaboração entre financistas e acionistas que caracterizaram o capitalismo neoliberal de 1975-2008 são um capítulo dessa longa e complexa história.

POR QUE O RECURSO AO ESTATISMO?

Dentro desse quadro teórico, podemos compreender por que houve o recurso ao estatismo pelos revolucionários socialistas. Para conservar o poder e promover o desenvolvimento econômico dos seus países eles não tinham alternativa. A história é sempre imprevisível, mas a grande contribuição de Marx e Engels ao pensamento universal foi mostrar que existe nela, não obstante todas as suas surpresas, uma

lógica. Mais especificamente o que eles mostraram é que existe uma correlação necessária, embora não absoluta, entre os níveis de desenvolvimento das três *instâncias sociais*: a econômica, que inclui tanto tecnologia como forma de organizar a produção, a político-institucional ou do Estado, e a cultural ou da esfera ideológica. Em certos momentos uma instância avança mais do que a outra, e esta se transforma em obstáculo ao desenvolvimento, como Marx assinalou de forma clássica em seu prefácio à *Crítica da Economia Política*. Mas há limites para o descompasso entre o desenvolvimento das instâncias.

A instância na qual se situa a apropriação do excedente pelas classes ou grupos sociais é a econômica. É nela que está o capital, a forma de propriedade que define a classe capitalista e o próprio capitalismo. Ora, no caso do *capitalismo* não há qualquer contradição no fato de haver uma grande *desigualdade* entre os não proprietários de capital e os capitalistas, e entre eles próprios. Como o capitalismo é um sistema em que as atividades econômicas são coordenadas pelo mercado, o essencial é que a apropriação do excedente seja aproximadamente proporcional ao capital de cada um dos agentes econômicos. Esta é a célebre lei da igualdade das taxas de lucro – provavelmente a lei mais geral e mais universal da teoria econômica. Mesmo essa lei não precisa ser absolutamente obedecida para que os mercados regulados pelo Estado cumpram seu papel alocativo dos fatores de produção. E não há qualquer necessidade de que os capitais de cada um dos indivíduos sejam iguais ou pouco diferentes. O capitalismo, portanto, não tem qualquer incompatibilidade com a desigualdade econômica. Sua incompatibilidade é relativa apenas à desigualdade de direitos civis. Por isso o capitalismo representou um progresso do ponto de vista político. O liberalismo é a ideologia específica do capitalismo porque a nova e ampla classe dominante – a burguesia – demandava mais do que a simples liberdade econômica; requeria e requer o Estado de direito, ou seja, a igualdade de todos perante a lei, e a supremacia desta. Não

impõe, porém, qualquer condição quanto à igualdade econômica. Pelo contrário, a desigualdade econômica é seu domínio.

Não é esse o caso do *socialismo*. O socialismo é um ideal, e tem uma definição básica. É uma sociedade de iguais não apenas em termos de direitos, mas principalmente de iguais em termos econômicos ou de apropriação do excedente econômico. Para que o socialismo se instaure em uma sociedade é preciso que se instaure nela a *igualdade* econômica. Não basta, como ocorre para o capitalismo, que a renda, o prestígio e o poder deixem de ser limitados a uns poucos pela tradição. A revolução capitalista não implica diminuição das desigualdades econômicas. Estas continuarão elevadas; a novidade está no fato de que essas desigualdades não terão mais a garantia da lei e da tradição, mas decorrerão da competência de uns, da esperteza de outros, e das heranças. A

Soraya Jericó, 2007



revolução socialista exige muito mais; exige que todos os que são diferentes se tornem iguais – ou razoavelmente iguais; exige mais do que a simples igualdade de oportunidades (esse é um ideal tecnoburocrático próprio da ideologia meritocrática associada à classe profissional); exige o acesso igual aos bens materiais – a *igualdade econômica*. Ora, os homens e as mulheres e suas famílias não são iguais – não o são nem em termos de características ou talentos pessoais, nem em termos de “condições iniciais”, ou seja, em termos dos níveis de renda e de educação que preexistem à revolução socialista. Esse fato implica uma dificuldade insuperável para o socialismo, porque quanto maiores forem as desigualdades originais, maior será a dificuldade de se implantar o socialismo. A desigualdade de talentos pessoais é insuperável, não havendo em relação a ela nada a fazer senão se cobrar dos mais talentosos compaixão e solidariedade em relação aos menos talentosos. Já a desigualdade de condições iniciais varia no tempo. Em seguida à revolução capitalista ela tende a aumentar, mas, depois, seja devido à gradual substituição de tecnologia dispendiosa de capital em tecnologia poupadora de capital, seja porque a democracia e a organização sindical aumentam o poder de barganha dos trabalhadores, a desigualdade começa a diminuir. Em princípio, quanto mais atrasado for um país em seu processo de desenvolvimento capitalista, mais desigual será ele. Países que sequer iniciaram a fase final de sua revolução capitalista – a fase da Revolução Industrial – e encetaram revoluções socialistas, como foi o caso da China em 1949 e de Cuba em 1959, ou países que apenas a estão começando, como foi o caso da Rússia em 1917, eram países nos quais as condições iniciais eram profundamente desiguais. Implantar o capitalismo nesses países já era difícil; implantar o socialismo, que exigia igualdade desde o princípio, muito mais difícil. Ou melhor, era impossível, porque a transformação que a instância cultural e a político-institucional teriam que fazer tendo como instrumento o Estado para implantar a igualdade em uma sociedade com famílias tão desiguais está



além das possibilidades de qualquer Estado. Essas diferenças não eram apenas de riqueza, de capital; eram também desigualdades pessoais e de educação. Desigualdades que não se resolvem em um dia, nem em um ano, nem em uma geração, mas em muitas gerações.

Esse argumento não teria cabimento se existisse *solidariedade* ou *fraternidade* entre os homens. É essencialmente o que os socialistas pressupõem e propõem. Mas essa é uma visão irrealista do ser humano, como também é a visão oposta de que o homem é essencialmente egoísta, dominado pelo instinto de sobrevivência. Tanto o pressuposto do homem “mau” quanto o do homem “bom” são falsos. São essencialmente ideológicos. O homem é um ser ambíguo no qual dois instintos básicos estão em conflito: o de sobrevivência, que o faz egoísta, e o da convivência, que o faz solidário. Os neoliberais e os conservadores defendem ferrenhamente a natureza egoísta do ser humano porque essa postura fortalece sua rejeição do socialismo; os cientistas sociais que legitimam suas posições pressupõem esse egoísmo, o *homo economicus*, porque isso lhes permite construir teorias, modelos hipotético-dedutivos e, portanto, matemáticos da economia e da política. Em contrapartida, os socialistas revolucionários afirmam sua natureza solidária para mostrar que a revolução é possível. Ainda que a solidariedade seja também um instinto fundamental, sem uma cultura da solidariedade e sem instituições que a garantam, não é possível assegurar-se um nível razoável de solidariedade ou de fraternidade entre os homens. No conflito entre os seres humanos mais individualistas e os mais solidários, os primeiros vencerão porque estão dispostos a usar métodos – da violência, da corrupção – que os últimos não utilizariam. É por essa razão que uma sociedade civilizada é uma *sociedade construída*. É uma sociedade na qual, através da democracia e da lei, se constrói uma sociedade melhor e um Estado – ou seja, uma ordem jurídica e um aparelho ou organização que a garanta.

Dadas, portanto, as condições de desigualdade iniciais e o fato de que a frater-

nidade transformada em comportamento dominante não nos é dada mas se constrói, não é surpreendente que as revoluções socialistas terminaram por implantar uma forma de organizar um sistema econômico e uma sociedade *estatal ou tecnoburocrática* ao invés de socialista. Através do controle burocrático da sociedade e da economia, conseguia-se uma relativa igualdade – certamente uma igualdade econômica consideravelmente maior do que em uma sociedade capitalista – mas isso tinha um preço. Só seria possível à medida que a tecnoburocracia dominante conservasse de forma autoritária o controle da economia e do Estado. Se se mantivesse o veto à propriedade privada dos bens de produção mas se restabelecesse a democracia (que é essencial para que haja socialismo), e se fosse dada liberdade aos indivíduos para empreender livremente no mercado através de organizações autogeridas, a desigualdade presente nas condições iniciais, que a revolução havia pretendido reduzir, se restabeleceria em pouco tempo. Os indivíduos e famílias com maior capacidade empresarial e com maior educação, ainda que no quadro da autogestão e não no da propriedade privada, capturariam uma boa parte do excedente enquanto a grande maioria dos trabalhadores, incapazes de autogerir as empresas (como a experiência sempre demonstrou), as levaria para a crise e a falência, restabelecendo-se a desigualdade que se pretendia eliminar.

Esse argumento parte de dois pressupostos: primeiro, que as condições iniciais de desigualdade são grandes; segundo, que no estatismo a distribuição de renda é substancialmente mais igualitária do que no capitalismo. Um pressuposto sobre o qual não tenho a menor dúvida – e que durante bom tempo legitimou o sistema econômico e político. É verdade que nos regimes estatistas da União Soviética e da China não havia a igualdade econômica sonhada pelos socialistas: a classe profissional que controlava o Estado se apropriava de uma parte do excedente econômico na forma de ordenados mais altos e de outras vantagens. Mas a desigualdade econômica existente naqueles dois sistemas estatistas era menor,

e a desigualdade hoje presente em Cuba continua a ser, incomparavelmente, muito menor do que aquela existente nos países capitalistas. O luxo ostentatório dos muito ricos e mesmo dos ricos existente nos países capitalistas não encontra correspondência nos padrões de consumo da alta tecnoburocracia em um sistema estatista. A razão para isso não é difícil de ser determinada. O problema é de legitimidade. Os dirigentes de um regime estatista, como de qualquer outro regime, precisam de legitimidade, ou seja, de apoio na sociedade, para que possam governar. No caso das sociedades pré-capitalistas sua fonte de justificação era constituída pela tradição e pela religião, pelo “sangue azul” e pela delegação divina da oligarquia. No caso do capitalismo, a base de legitimidade do poder da burguesia foi sempre complicada: a liberdade foi sempre sua base maior; o protestantismo calvinista viu na riqueza dos burgueses um sinal da graça divina; Schumpeter deu-lhe uma base meritocrática com a teoria do empresário. A principal base justificadora do sistema tecnoburocrático é o princípio meritocrático – a distribuição do excedente econômico segundo a capacidade ou o mérito de cada indivíduo. Embora o critério meritocrático seja forte nas sociedades modernas devido ao peso que nelas tem a classe profissional, essa justificação não é suficiente para os regimes estatais – nos sistemas onde essa classe é mais poderosa. Eles foram instalados em nome do socialismo, e, portanto, as limitações à liberdade de iniciativa e à liberdade política impostas por uma sociedade tecnoburocrática podem ser justificadas não por sua eficiência (valor maior da classe profissional), mas pela necessidade de garantir a igualdade.

Temos sempre a impressão de que nas sociedades tecnoburocráticas, nos países denominados comunistas, os cidadãos viviam em regime de completa repressão – que os regimes seriam “totalitários”, mas isso não é verdade. O totalitarismo prevaleceu nos anos mais negros do stalinismo, e a Revolução Cultural na China não foi uma forma de totalitarismo, mas um período de grande violência política. O sistema, entre-

tanto, sobreviveu por longo tempo tanto na União Soviética como na China porque tinha apoio na sociedade, porque promovia um aumento da igualdade e da segurança social. Um fato entre muitos ilustra o que estou afirmando. Uma importante jornalista alemã, Jutta Voigt, em entrevista à *Folha de S. Paulo* (7/11/2009), quando perguntada se se sentiu infeliz quando o muro começou a ser construído, respondeu que, pelo contrário, ela e seus amigos viram o muro como uma proteção: “Como muitos intelectuais e artistas, vibrei com a construção do muro. Hoje quase ninguém admite que fez isso naquele tempo. Mas é verdade! Pensava que o muro afastaria os berlinenses ocidentais que vinham aqui para trocar um marco ocidental por cinco orientais. Compravam tudo mais barato e iam até ao cabeleireiro daqui”. O muro afinal virou uma prisão, mas o episódio mostra que durante um bom tempo o regime comunista teve apoio na sociedade civil.

Uma vez feita a opção quase que “natural” pelo estatismo para se garantir certa igualdade em sociedades nas quais as condições iniciais de desigualdade eram ainda muito grandes, ficava também excluída a possibilidade de democracia. Da mesma forma que, se no plano econômico se concedesse liberdade para empreender, os mais educados, os mais capazes e os mais espertos logo restabeleceriam a desigualdade econômica que se buscava eliminar no plano político, se se desse liberdade aos mais dotados para que se candidatassem e se elessem, estes logo assumiriam os principais cargos políticos e, em seguida, enriqueceriam até o restabelecimento do capitalismo.

Em síntese, em sociedades subdesenvolvidas e profundamente desiguais era impossível implantar o socialismo. O estatismo foi a segunda melhor alternativa, relativamente mais igualitária mas autoritária, que encontraram os revolucionários para se manterem no poder. E assim, gradual e inevitavelmente se transformaram em tecnoburocratas e o seu sistema econômico em um sistema estatista no qual seu poder derivava do controle da organização

do Estado. Aqueles que resistiam a essa transformação – que queriam continuar fiéis aos princípios do socialismo – foram expurgados nas revoluções estatistas da mesma forma que na Revolução Francesa, que foi uma revolução liberal, os democratas foram expurgados. Através do estatismo autoritário lograva-se uma razoável igualdade, que não seria possível se houvesse liberdade de empreendimento e liberdade de votar e ser votado porque as condições iniciais muito desiguais em pouco tempo transformariam o desejado socialismo em capitalismo. Isso se comprovou na China, nos trinta anos que se seguiram à sua guinada para o capitalismo em 1979, e na Rússia, nos vinte anos seguintes ao colapso da União Soviética: houve e continua hoje a haver em ambos os países uma enorme concentração de renda.

ESTATISMO COMO FASE DA REVOLUÇÃO CAPITALISTA

Creio que apresentei uma explicação razoável para o abandono do estatismo – que era simplesmente impossível devido às condições iniciais de desigualdade vigentes na sociedade – e o recurso ao estatismo. Não é, porém, uma explicação suficiente para o fato de que o sistema estatista, que, afinal, se revelou economicamente ineficiente, logrou sobreviver cerca de sessenta anos na União Soviética e de trinta anos na China. A menor desigualdade em relação à alternativa capitalista era sem dúvida uma fonte de legitimidade para o sistema, mas não uma razão suficiente. Era preciso que, além de mais igual, o estatismo fosse mais eficiente do que o capitalismo – e sabemos que não foi. Mas essa dificuldade lógica desaparece se pensarmos em termos históricos. O estatismo não é mais eficiente do que o capitalismo no quadro de uma economia já razoavelmente desenvolvida, mas é um meio efetivo de realizar o processo de *acumulação de capital original* – o momento fundamental de cada revolução capitalista.

A forma pela qual um país se desenvolve depois que realizou sua revolução capitalista não é misteriosa. Sabemos que, no plano político, depende da existência de uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional, e, no plano econômico, dado o nível de educação de um povo e a capacidade de inovar dos seus empresários potenciais, depende da taxa de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico. A dificuldade ou o mistério está em fazer a revolução capitalista. Essa é uma *mudança tectônica* na qual, em uma primeira etapa, ocorre a acumulação primitiva de capital e a transformação de uma sociedade pré-capitalista, onde não existem as ideias de lucro e de progresso técnico, em uma sociedade capitalista mercantil; em uma segunda etapa, mais rápida e decisiva (dura cerca de trinta a quarenta anos) tem lugar a revolução nacional através da qual se forma um Estado-nação dotado de um mercado interno capaz de dar suporte à industrialização, e uma revolução industrial que industrializa o país e torna o reinvestimento com progresso técnico condição de sobrevivência das empresas, de maneira que o desenvolvimento econômico passa a ser sustentado ou necessário.

Para a realização da revolução capitalista assim conceituada a história nos ensina que o papel do Estado é sempre decisivo, mas é tão mais decisivo quanto mais retardado for a revolução industrial em cada país. Esse fato, que foi originalmente demonstrado por Alexander Gerschenkron (1952) estudando os países europeus, foi posteriormente confirmado na Ásia e na América Latina no quadro de processos de desenvolvimento capitalistas. Mesmo na Inglaterra, que foi o primeiro país a completar sua revolução capitalista no final do século XVIII, o papel do Estado foi decisivo, mas foi apenas de protetor da industrialização. Já nos demais países onde a revolução capitalista ocorria mais tarde em relação à inglesa, quanto maior foi o atraso maior tendeu a ser o grau de intervenção do Estado. No caso da revolução capitalista japonesa, chegamos ao limite do processo de *estatização provisória*. Depois da humilhação nacional represen-

tada pela abertura dos portos japoneses por imposição dos Estados Unidos, que ameaçou bombardear Tóquio com sua esquadra em 1854, houve a restauração Meiji (1967), que substituiu o domínio secular da dinastia Tokugawa. Sob a nova dinastia, o Estado japonês promoveu diretamente, como o fariam depois a União Soviética e a China, a industrialização do país. O processo, entretanto, não era movido por um projeto socialista, mas simplesmente nacionalista. Foi dessa forma, e com a transformação dos samurais em burocratas e empresários, que a nova dinastia promoveu a modernização do Japão – a introdução no país das tecnologias e das instituições capitalistas que haviam possibilitado aos Estados Unidos e à esquadra de navios negros do comodoro Mathew Perry humilhar o Japão. Entretanto, seguindo à risca a lógica de imitar as instituições ocidentais para poder competir com elas, entre 1908 e 1910 o Estado japonês não teve dúvida em promover a privatização maciça da indústria japonesa.

A partir dessa perspectiva histórica, chegamos a uma conclusão que pode parecer paradoxal, mas não é. As revoluções comunistas de 1917 na Rússia e de 1949 na China não foram, afinal, revoluções socialistas, mas uma primeira etapa de suas revoluções capitalistas. Essa foi, naturalmente, uma consequência não prevista dos atos dos revolucionários socialistas, que, entretanto, não estavam apenas interessados na revolução socialista; eram nacionalistas muito comprometidos com a revolução nacional de seus países. Já vimos que o ideal socialista em sociedades que estavam ainda muito longe de garantir condições para a transição para o socialismo levou os novos regimes ao estatismo. O estatismo, por sua vez, promoveu a acumulação primitiva que permitiu a revolução industrial e a revolução nacional e, em seguida, a transição para o capitalismo, de forma a permitir que o desenvolvimento econômico tivesse prosseguimento. Na União Soviética, Stalin foi o líder dessa revolução; na China, Mao Tsé-tung e seu fiel e extraordinário companheiro, Chu En-Lai. A construção

do Estado, da infraestrutura econômica e da base educacional dos dois países foi comandada por esses líderes.

Ao contrário do que fizeram os japoneses e porque eram socialistas, os revolucionários não promoveram privatizações. Por isso, depois das fases da acumulação primitiva e da revolução industrial foi necessário uma terceira fase – a das privatizações – para que se completasse a revolução capitalista em cada país. Por que essa terceira fase se tornou necessária? Porque, a partir de certo estágio de desenvolvimento econômico, as virtualidades do desenvolvimento estatista terminam; a economia se torna complexa demais para poder ser coordenada administrativamente por um plano. Enquanto se trata de instalar a indústria pesada e a infraestrutura econômica, o Estado é um bom instrumento porque tem condições de promover a poupança forçada e realizar os grandes investimentos necessários. Nessa fase, os problemas de alocação de recursos ou de coordenação econômica são relativamente simples, e não há ainda necessidade de criatividade e de flexibilidade por parte das empresas para se adaptarem às condições infinitamente variadas das economias mais desenvolvidas e complexas. Quando, entretanto, a economia do país já superou a fase de acumulação primitiva e a de revolução industrial e entra na fase de alta complexidade, não há alternativa para continuar a crescer senão privatizando as empresas competitivas e coordenando-as com o auxílio do mercado.

Depois da Segunda Guerra Mundial a União Soviética e os países satélites da Europa oriental cresceram rapidamente confirmando a tese de que o estatismo é efetivo em promover, através da poupança forçada, a acumulação primitiva e a industrialização pesada. As taxas de crescimento desses países eram muito maiores do que as da grande maioria dos países capitalistas. Foi esse fato que levou o primeiro-ministro soviético Nikita Krushchov, em 1960, a declarar que em vinte anos a União Soviética superaria os Estados Unidos. A história demonstrou que ele estava errado, embora, com base na simples projeção das taxas de



crescimento do pós-guerra, a afirmação pudesse ser válida. Tal projeção, entretanto, era incorreta, porque a União Soviética, aproximadamente naquele momento, estava alcançando a situação na qual o desenvolvimento econômico estatista passava a apresentar rendimentos decrescentes. Processo semelhante estava ocorrendo nos países capitalistas onde a grande indústria fordista estava entrando em crise, mas na União Soviética o problema foi mais grave porque, conforme observou Stephen Koptkin (2008, pp. 17-8), o parque industrial soviético era “a maior soma de equipamentos obsoletos da história... O *débâcle* econômico da Rússia representou o fim de toda uma era, da qual ela também fazia parte, cuja crise havia sido visível vinte anos antes no Vale do Ruhr da Alemanha, em Sheffield e no Norte da Inglaterra, e no Meio-Oeste dos Estados Unidos”. Os dirigentes soviéticos, ao contrário do que aconteceu nas economias de mercado, não foram capazes de reagir a esse fato, e a partir de 1970 o país entrou em semiestagnação. O problema se agravou a partir de 1980, quando o presidente americano Ronald Reagan promoveu um grande aumento dos gastos militares e, assim, no quadro da Guerra Fria, obrigou a União Soviética a realizar gastos militares incompatíveis com seu produto nacional. Quando, no final dos anos 1980, o primeiro-ministro Mikhail Gorbachev se deu conta de que seu país enfrentava grave crise, cometeu dois erros básicos: o primeiro, de reformar economicamente o sistema através da privatização das empresas existentes ao invés de autorizar a criação de novas empresas em bases capitalistas; segundo, enquanto desorganizava a economia da União Soviética através dessa estratégia, o erro de promover a transição política para a democracia ao invés de antes completar razoavelmente a transição econômica para o capitalismo. Em consequência, em toda a década seguinte, um capitalismo selvagem, desregulado, levou o país a uma imensa crise econômica e humana, com queda violenta do PIB, redução da expectativa de vida das pessoas, e elevado nível de sofrimento pessoal para muitos.

Muito diferente foi o caso da China, onde, depois de um breve período de transição após a morte de Mao Tsé-tung, Deng Xiaoping assumiu o poder e teve a tripla sabedoria de, primeiro, promover a transição econômica no momento certo – sem o atraso ocorrido na União Soviética –, segundo, de iniciar a transição na margem do sistema estatal permitindo a criação de empresas capitalistas nas zonas de livre-comércio que então são criadas; e, terceiro, de compreender que a transição para a democracia só poderia ser encetada depois de ter ocorrido a transição econômica para o capitalismo, porque, ainda que os dois processos se realizem de forma relativamente correlacionada, antes é necessário definir as instituições, regular os mercados, e permitir que eles gradualmente passem a funcionar. Sua estratégia deu certo, Deng Xiaoping se transformou no segundo herói nacional chinês, e o país vem se desenvolvendo de forma espantosa desde o início dos anos 1980, ao mesmo tempo em que, mais lentamente, vão se estabelecendo os direitos civis na China. Conforme assinalou John Watkins Jr., presidente da Câmara de Comércio Americana na China, em novembro de 2009, esse é um país com um sistema jurídico que de uma geração para cá progrediu enormemente, em especial na área da legislação sobre os negócios. Enquanto a transformação da China em uma economia capitalista avança, ela já apresenta algumas características de um Estado liberal na medida em que os direitos civis – a propriedade e os contratos – estão sendo garantidos. Não é ainda um Estado liberal porque a liberdade política individual não está assegurada, e naturalmente não é um Estado democrático porque o conceito mínimo de democracia exige que haja o direito universal de votar e ser votado.

Em síntese, nos dois casos – tanto da Rússia quanto da China – o fato de que esses países cresceram rapidamente depois da revolução socialista ajudou a legitimar os respectivos regimes. A Rússia, porém, atrasou-se em compreender que a fase de acumulação primitiva e industrialização pesada se esgotara e que chegara a hora de

abrir a economia. Por esse motivo, e porque abriu a esfera política antes da econômica, e se deixou dominar, por dez anos, por interesses estrangeiros, sua transição para o capitalismo foi desastrosa do ponto de vista econômico e humano. Já a China converteu sua economia para o capitalismo na hora certa, ainda no quadro de um regime autoritário, mas com uma autonomia nacional que lhe permitiu desenvolver uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional.

E O SOCIALISMO?

As revoluções socialistas, portanto, não levaram ao socialismo, mas a uma dupla conversão: primeiro, para o estatismo, e depois para o capitalismo. Isso significa que o ideal socialista tem que ser definitivamente descartado? Ou que a ideologia socialista – a ideologia da igualdade – afinal não teve importância? Respondo imediatamente a essa segunda questão. O socialismo é uma ideologia relativamente bem-sucedida; se não logrou a igualdade econômica, logrou, em compensação, toda uma série de proteções aos pobres e aos trabalhadores que constituem o Estado do bem-estar ou o Estado social. O neoliberalismo tentou eliminar esses avanços, mas fracassou. O socialismo, nas sociedades modernas, está presente ao lado das outras grandes ideologias contemporâneas: o liberalismo, o nacionalismo, que é também uma ideologia burguesa, o eficientismo, que é uma ideologia tecnoburocrática, e o ambientalismo.

E quanto à questão da possibilidade de um sistema econômico e político predominantemente socialista? Eu sou otimista e acredito que essa utopia afinal se concretizará através do desenvolvimento econômico, da educação e da construção de valores sociais solidários. Mas se realizará *gradualmente*, e não através de uma revolução abrupta. Eu falo sempre em revolução capitalista, mas essa também foi uma revolução gradual. Da mesma forma, a transição para o socialismo

não decorrerá de uma revolução que, de um dia para o outro, instaure a igualdade econômica entre as famílias, mas de um lento processo de transformação do capitalismo no qual a democracia terá um papel decisivo. Quando ocorre a revolução capitalista em um país, a desigualdade é muito grande e, em uma primeira fase, essa desigualdade aumenta como resultado da acumulação primitiva de capital que então ocorre em benefício da classe capitalista. A produtividade cresce então mais do que os salários ou, mais amplamente, do que a remuneração dos trabalhadores urbanos e rurais – e o clássico processo de proletarização tem lugar. Em seguida, porém, à medida que o *progresso técnico* deixa de ser dispendioso de capital e se torna neutro, a tendência é que a taxa de salários cresça na proporção do aumento da produtividade. Finalmente, quando o progresso técnico se torna poupador de capital, os salários médios podem crescer mais do que a produtividade sem prejuízo para a taxa de lucro. Estabeleceu-se, então, nos trinta Anos Gloriosos do Capitalismo (1945-75), uma tendência à distribuição da renda que a democracia e a organização sindical dos trabalhadores reforçavam³.

Se o processo histórico continuasse apenas comandado pelo progresso técnico, a distribuição da renda estaria criando uma sociedade mais igual, mais próxima do socialismo. Todavia, a partir dos anos de crise que foram os anos 1970, a tendência à distribuição da renda que decorria do emprego dominante de tecnologia poupadora de capital foi interrompida por fatores exógenos e a desigualdade voltou a aumentar. *Dois fatos históricos novos* que não haviam sido previstos passaram a pressionar a taxa de lucro para baixo nos países ricos: de um lado, a concorrência dos países de renda média e salário baixo, que passaram a exportar competitivamente manufaturados para os países ricos e, de outro, as imigrações para os países ricos, que a partir de então aumentaram muito. A resposta a esses fatos novos foi a tentativa de se reduzirem os salários reais diretos e indiretos (estes derivados do Estado social), de forma a manter e aumentar a taxa de lucro

média do sistema. Uma ideologia reacionária, que surgira como reação à Revolução de 1917, o neoliberalismo, estava disponível para legitimar as políticas de precarização do trabalho e de concentração de renda em favor da classe capitalista e da classe tecnoburocrática, principalmente dos setores ligados às finanças. Essa ideologia, porém, e o capitalismo globalizado e financiado que ela buscou legitimar implicaram, nos quase trinta anos seguintes (1980-2008), taxas de crescimento menores do que as dos trinta Anos Gloriosos, instabilidade financeira maior, e concentração de renda beneficiando os dois por cento mais ricos da população⁴. Por outro lado, o processo de alcance ou *catching up* dos países de renda média em relação aos países ricos ampliou-se. Isso não significa que as condições para novamente se voltar a desconcentrar renda nos países capitalistas avançados tenham se restabelecido. Mas é razoável prever que em um prazo não muito distante isso ocorrerá.

Por outro lado, a tendência mais geral à diminuição das desigualdades é fortalecida pelo fato de que, à medida que se desenvolvem, as sociedades capitalistas tendem a se tornar democráticas em consequência de um processo de construção política e social – de construção da sociedade e do Estado. Ora, a democracia, quando nasce das demandas do povo ao invés de ser imposta por potências estrangeiras, tem efeito igualitário. À medida que os súditos são transformados em cidadãos, e estes passam a ter direitos civis e políticos iguais, o Estado é gradualmente transformado em um instrumento não apenas de garantia da ordem (como quer o liberalismo clássico), mas também em um mecanismo de transferência de renda para os mais pobres como exigem os eleitores mais pobres. Aumenta, assim, a carga tributária, apesar dos protestos dos capitalistas, e se institui o Estado social. Essas tendências podem ser notadas em todos os países ricos e são notáveis nos países escandinavos. Nos Estados Unidos, que ficaram para trás nesse processo, o governo Barack Obama está finalmente logrando instituir um sistema universal de

3 Analisei essas relações entre a taxa de salário, a taxa de lucro e os três tipos de progresso técnico em *Acumulação e Crise* (Bresser-Pereira, 1986).

4 Discuti a crise global de 2008 e suas consequências sobre o capitalismo em Bresser-Pereira (2009).

saúde. A globalização financeira e o neoliberalismo buscaram interromper o processo de garantia crescente de direitos sociais, mas não lograram seu objetivo. Diminuíram as formas de proteção direta do trabalho pelas empresas, mas, em compensação, no quadro da “flexissegurança” desenvolvida pelos países escandinavos, o Estado social aumentou em termos de despesa pública e de funções de proteção social.

O socialismo só se tornará viável no momento em que essas tendências igualitárias, que estão embutidas no tipo de progresso técnico cada vez mais poupador de capital e na tendência ao aumento do poder dos pobres ou dos trabalhadores à medida que a democracia continua a avançar, lograrem diminuir substancialmente as desigualdades econômicas. A democracia está avançando. Já deixou de ser uma democracia de elites para se tornar uma democracia de sociedade civil. Talvez um dia se transforme em uma democracia participativa e, em um momento posterior, deliberativa. Quando isso acontecer, estaremos também próximos do socialismo. São utopias, concordo, mas não creio que sejam ingênuas; são utopias possíveis.

CONCLUSÃO

Em conclusão, em 1977 enganei-me quando escrevi sobre a existência de um modo de produção estatista ou tecnoburocrático. Essa forma de organizar a sociedade pode existir em teoria, mas nos termos do método histórico que aprendi com Marx não faz sentido definir modos de produção teóricos. Um modo de produção é um modelo de uma realidade histórica concreta, é uma definição abstrata de uma realidade complexa e dinâmica. Podemos pensar em modos de produção puros e em formações sociais mistas, mas, antes de os vermos em suas formas mais puras ou gerais, é preciso que essa forma de organização social se revele economicamente viável. Em meados dos anos 1970 eu ainda acreditava que o estatismo era viável e poderia substituir o

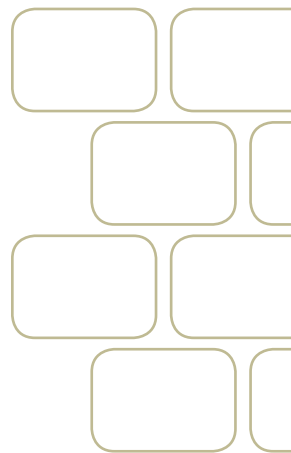
capitalismo; no final dessa década, porém, já se tornara claro para mim que isso não era possível. Que faltava ao estatismo a suficiente flexibilidade para competir com sucesso com o capitalismo.

Não me enganei, porém, em relação à análise que fizera anteriormente sobre a emergência de uma classe média profissional ou tecnoburocrática. Não era necessário que houvesse um modo de produção novo para que surgisse uma classe social nova. Na verdade, enganara-se Marx ao supor que o capitalismo dava origem a apenas duas classes sociais; deu origem a três. O capitalismo que Marx conheceu no meio do século XIX produziu apenas duas classes sociais relevantes porque então a produção ainda era realizada no seio de empresas familiares. Um século depois essa situação já mudara completamente: as organizações empresariais com e sem fins lucrativos passaram a dominar a produção de bens e serviços, e esse fato deu origem à terceira classe do capitalismo: a tecnoburocracia ou classe profissional. Uma classe que inicialmente era apenas uma classe (ou, mais precisamente, camada) média, como a burguesia, no início do século XVIII, era também apenas uma classe média. Mas depois, da mesma forma que ocorreu com a burguesia, a parte mais bem-sucedida da classe profissional passou também a ser a camada alta. Como a burguesia competiu por séculos com a oligarquia militar e proprietária de terras pelo poder e pelo prestígio social, nesse último século a competição é entre a classe capitalista e a classe tecnoburocrática. E à medida que o capital vai se tornando abundante enquanto o conhecimento continua escasso e estratégico, o poder e o privilégio pendem gradualmente para os tecnoburocratas. Não há nesse processo nada de revolucionário – inclusive porque quando se tornam ricos os profissionais compram propriedades, investem em títulos e se tornam capitalistas. A mudança, entretanto, foi enorme. O capitalismo do século XIX era um *capitalismo de capitalistas*, enquanto o capitalismo do início do século XXI é um *capitalismo dos técnicos* ou *dos profissionais* (Bresser-Pereira, 2005).

O ideal socialista que inspirou as revoluções socialistas foi convertido no estatismo porque as condições iniciais de desigualdade eram muito grandes e porque a solidariedade ou a fraternidade não nos é dada, mas deve ser conquistada, ou melhor, construída. O Estado social que já existe nos países capitalistas mais avançados foi o resultado de uma *construção política e social*. Na medida em que os revolucionários socialistas não se mostravam dispostos a abandonar seu ideal de igualdade – porque se assentava nele sua legitimidade – eles tiveram, em contrapartida, que optar pela organização estatal ao invés de socialista da produção. Ao invés de toda a sociedade partilhar o controle das organizações menores e da organização maior que é o aparelho

do Estado, como supõe o socialismo, esse controle ou essa propriedade passou para o Estado e seus tecnoburocratas, que não tiveram alternativa senão manter o regime organizado em termos ditatoriais ou autoritários. A razão era simples: no momento em que se concedesse liberdade econômica e liberdade política, e dada a desigualdade das condições iniciais, os mais hábeis e expertos logo restabeleceriam a desigualdade econômica e política que legitimava o sistema.

Além dessa conversão das revoluções socialistas em sistemas estatistas, houve uma segunda conversão: do estatismo para o capitalismo. O estatismo, afinal, acabou sendo a forma que assumiu a revolução capitalista na Rússia, na China, no Vietnã, e provavelmente em Cuba. O estatismo foi possível porque na fase de acumulação primitiva e da revolução industrial, o Estado é efetivo em promover a poupança forçada e promover a industrialização. Entretanto, não obstante os líderes revolucionários cresseem que estavam realizando a revolução socialista, na verdade estavam iniciando a revolução capitalista. Na Rússia esse fenômeno é menos claro do que na China, no Vietnã, ou em Cuba, porque na véspera de 1917 a Rússia já havia começado sua revolução industrial e não se podia considerá-la um país semicolonial – dotado de independência formal, mas, na verdade, submetido ao imperialismo, como era o caso da China e de Cuba. Nesses dois países e também no Vietnã (que começou sua revolução ainda no quadro do colonialismo francês), as revoluções socialistas foram também, se não principalmente, revoluções de independência nacional. Ora, sabemos que as revoluções nacionais foram, historicamente, revoluções capitalistas. A revolução capitalista, em cada país, geralmente se compõe de uma revolução comercial que estabelece um capitalismo mercantil, de uma revolução industrial que estabelece a racionalidade econômica do progresso técnico, e de uma revolução nacional que estabelece o Estado-nação. Não é, portanto, tão surpreendente que as revoluções nacionais que acompanham as



revoluções socialistas tenham prevalecido sobre estas e afinal levado o país para o capitalismo.

O capitalismo venceu, portanto, a competição com o estatismo, porque, *depois* (não antes) que uma sociedade realiza sua revolução capitalista e se industrializa, a coordenação pelo mercado regulado pelo Estado é superior à coordenação apenas pelo Estado. Mas, como a crise financeira global de 2008 demonstrou, não significa que os mercados possam realizar sua tarefa de alocação de recursos e seu papel de criar oportunidade a empresários inovadores de forma adequada sem a regulação do Estado; pelo contrário, o que temos é o aumento da instabilidade macroeconômica, a concentração de renda e a redução das taxas de crescimento. Se 1989 foi um marco histórico porque nesse ano ocorreram o massacre da Praça de Tiananmen, a queda do Muro de Berlim, e o início do colapso da União Soviética, dezenove anos depois a crise financeira global foi outro marco histórico. Essa crise demonstrou a que excessos o triunfalismo neoliberal levou o mundo. A conversão a essa forma

reacionária de capitalismo foi desastrosa não apenas para a Rússia; foi também para as populações mais pobres e menos educadas dos ex-países comunistas da Europa oriental que perderam um sistema de proteção que o Estado oferecia. Os demais países capitalistas de renda média dividiram-se entre aqueles que aceitaram as receitas neoliberais e ficaram para trás e aqueles países, todos asiáticos, que adotaram estratégias nacionais de desenvolvimento e foram bem-sucedidos em fazer o *catching up*. Nos países ricos, finalmente, o atraso provocado pelo capitalismo financeiro e neoliberal foi enorme; causou forte aumento da desigualdade ao mesmo tempo em que provocava sucessivas crises financeiras, que terminaram tristemente na grande e duradoura crise iniciada em 2008. O neoliberalismo foi um ataque ao princípio de solidariedade que as sociedades mais avançadas estavam procurando construir e fortalecer. Na verdade, homens e mulheres estão sempre construindo um melhor Estado e uma sociedade melhor. Se o socialismo afinal se tornar realidade, será o resultado de uma construção social gradual.

BIBLIOGRAFIA

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "A Emergência da Tecnoburocracia", in *Tecnoburocracia e Contestação*. Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 17-140.
- _____. "Notas Introdutórias ao Modo Tecnoburocrático ou Estatal de Produção", in *Estudos Cebrap*, 21, 1977, pp. 75-110.
- _____. *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. "Capitalismo dos Técnicos e Democracia", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59), 2005, pp. 133-48.
- _____. "A Crise Financeira Global e Depois. Um Novo Capitalismo?", 2009 (disponível em www.bresserpereira.org.br).
- GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Nova York, Praeger, 1962.
- KOTKIN, Stephen. *Armageddon Averted*. Oxford, Oxford University Press, 2008, pp. 17-8.

textos